

ATA Nº 16/2020. Ao sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, sob a presidência da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Prof.^a Dalva Maria Alves Godoy, reuniram-se, via web conferência devido à pandemia de Coronavírus (COVID-19), os membros do Colegiado representantes dos/as professores/as: Ana Paula Nunes Chaves, Elaine Rosângela Oliveira Lucas; os representante dos/as estudantes: Nicholas Cardoso Gomes da Silva, Igor Bittencourt Scarabelot; e a representante técnica-administrativa: Scharlene Clasen, para a Reunião Extraordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED. Houve também a participação da discente (não votante): Elisa de São Thiago Cunha. **1. Expedientes. 2. Ordem do dia. 2.1. Discussão e homologação das normativas internas do PPGE.** Foi decidido pelos membros do colegiado que nesta reunião seriam discutidas as normativas de alunos especiais e de bolsas para ações afirmativas. **2.1.1. Normativa de alunos especiais (atual Normativa PPGE nº 002/2018).** A normativa já contava com alterações e sugestões propostas pela Comissão de Normativas e pelos membros do colegiado por e-mail. **2.1.1.1. Alunos ouvintes.** Foi suprimido do documento a sugestão de parágrafo único que possibilitava matrícula para aluno ouvinte, pois não há essa prerrogativa no regimento geral da pós-graduação e porque alunos ouvintes não têm vínculo institucional. Foi suprimido também a sugestão de parágrafo único que possibilitava a alunos ouvintes assistirem as disciplinas se autorizados pelo professor. O colegiado do PPGE decidiu, por fim, quanto a esse ponto, que não haverá a categoria “aluno ouvinte” dentro do âmbito do programa. **2.1.1.2. Quem pode se inscrever como aluno especial nos editais.** O Art. 2º foi reescrito da seguinte forma: “Poderão se inscrever para frequentar como aluno em regime de matrícula especial nas disciplinas eletivas de Mestrado e de Doutorado alunos/as de PPGs de outras universidades”. Além disso, foi inserido parágrafo único ao Art. 2º que informa: “Excepcionalmente, alunos de graduação poderão ser admitidos como aluno em regime de matrícula especial, desde que atendam ao Art. 39 do Regimento Geral da Pós-Graduação”. O parágrafo único existente no Art. 2º da normativa PPGE 002/2018 foi suprimido. Foi suprimido o § 1º do Art. 3º da normativa PPGE 002/2018. **2.1.1.3. Aproveitamento de créditos.** O Art. 5º foi reescrito da seguinte forma: “O futuro discente do PPGE poderá aproveitar até 8 (oito) créditos em disciplinas cursadas e aprovadas no regime de aluno especial do PPGE/UDESC”. **2.1.1.4. Documentos para matrícula.** O Art. 7º foi reescrito da seguinte forma: “Para matrícula serão solicitados documentos requeridos no Edital de Seleção de Alunos em regime de matrícula Especial”. **2.1.1.5. Demais aspectos da normativa.** Os demais artigos foram mantidos como descritos na Normativa PPGE nº 002/2018. **2.1.2. Normativa de bolsas para ações afirmativas (normativa nova).** Não existia normativa equivalente no PPGE que regulamentasse adoção de ações afirmativas, para a seleção de bolsas do PPGE, através de reserva de bolsa. Essa proposta foi criada pela Comissão de Normativas que contou com diversas revisões feitas pelos membros do colegiado, por e-mail, e última revisão realizada pela professora Dalva Godoy. **2.1.2.1. Art. 1º.** Antes do Art. 1º havia um texto inicial informando o objetivo da normativa, esse texto foi suprimido, tendo em vista que o Art. 1º continha as mesmas informações expressas no texto. Desta forma, o Art. 1º ficou assim redigido: “Instituir nos processos de seleção de bolsas para o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) ações afirmativas para a inclusão e a permanência, em seu corpo discente, de pessoas que se enquadrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que pertençam ao grupo etnorracial negro (pretos e pardos), aos povos indígenas residentes no território nacional e fronteiriços, às comunidades quilombolas e ao grupo trans (travestis e transexuais), pessoas com deficiência (PcD), solicitantes de refúgio e/ou visto humanitário, refugiados/as ou imigrantes com visto humanitário.” **2.1.2.2. Art. 2º.** Houve discussão no texto desse artigo se as cotas de bolsas para ações afirmativas ocorreriam no processo anual de seleção de bolsas, normalmente realizado após o ingresso e matrícula de uma nova turma de mestrado ou doutorado, ou se haveria cotas de bolsas em todos os processos de seleção de bolsas que ocorressem durante o ano. O colegiado decidiu pela segunda opção. Assim, o Art. 2º sofreu modificações em sua redação previamente sugerida, passando a ter a seguinte escrita: “Consideram-se ações afirmativas para a inclusão e a permanência das pessoas de que trata o Art 1º, no corpo discente do PPGE, cotas para usufruto de bolsas de estudo em nível de mestrado ou doutorado eventualmente disponibilizadas em processos de seleção”. **2.1.2.3. Art. 3º.** A decisão acima também afetou a redação do Art. 3º, que passou a considerar 30% de reserva de vagas em cada chamada de bolsas: “Nos processos de seleção de bolsas, de turmas de mestrado e de doutorado, serão reservadas 30% do número total de bolsas para Ações Afirmativas”. O parágrafo

Membros:

Presidente:
Secretária:

58 único do mesmo artigo permaneceu como havia sido sugerido: “Em caso de reserva de 30% do
59 número total de bolsas resultar em fração decimal, o número será integralizado desde que a fração
60 seja igual ou maior a 0,5”. **2.1.2.4. Art. 4º.** O caput do Art. 4 permaneceu em sua sugestão inicial:
61 “O processo seletivo de bolsas do PPGE será regido por chamada específica, segundo os termos
62 da legislação em vigor”. Houve discussão sobre a redação do § 1º sobre qual seria a forma mais
63 adequada de expressar que os candidatos, ao se inscreverem na chamada de bolsas, deveriam
64 optar por uma modalidade – ações afirmativas ou ampla concorrência – e que, durante a seleção
65 todos seriam *a priori* analisados e avaliados por ampla concorrência, para depois serem alocados
66 nas respectivas modalidades conforme opção inicial. O colegiado optou por redigir o § 1º do artigo
67 da seguinte maneira: “O acesso do estudante à seleção de bolsas dar-se-á por meio de ampla
68 concorrência entre os/as discentes regulares corretamente inscritos/as para cada modalidade:
69 reserva de bolsa ou ampla concorrência”. Foi suprimido da normativa a proposta de parágrafo que
70 informava que o programa deveria disponibilizar no formulário de inscrição campo para
71 autodeclaração conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
72 Isso porque o parágrafo seguinte (§ 2º) do referido artigo já informava que as pessoas pertencentes
73 a grupos descritos nas ações afirmativas deverão apresentar documentos comprobatórios
74 respectivos de suas condições: “As pessoas que se enquadram nas categorias populacionais alvo
75 das Ações Afirmativas devem apresentar os documentos comprobatórios de tal condição conforme
76 a Resolução CPG/PPGE nº 01/2019 para concorrer aos processos de seleção de bolsas do
77 PPGE”. **2.1.2.5. Art. 5º.** Foi suprimida proposta de parágrafo deste artigo que informava que seria
78 usado critério de vulnerabilidade socioeconômica para desempate de candidatos/as que optarem
79 por ações afirmativas. Isso porque já existem critérios de desempate descritos na normativa
80 específica de seleção de bolsas que poderiam conflitar com esse novo critério. O caput do artigo
81 permaneceu como previamente sugerido: “Os/as discentes concorrentes às bolsas, em cada
82 modalidade, serão classificados/as em ordem decrescente segundo pontuação que considere a
83 normativa que regulamenta os critérios para avaliação, classificação e concessão de bolsas no
84 PPGE”. O mesmo se deu com o segundo parágrafo sugerido para esse artigo (que se tornou
85 parágrafo único): “Havendo desistência de candidato/a optante pela modalidade de Ações
86 Afirmativas selecionado/a, a bolsa será destinada para o/a candidato/a subsequentemente
87 aprovado/a nesta mesma modalidade”. **2.1.2.6. Art. 6º.** Houve discussão sobre a possibilidade de,
88 no ato de proceder à classificação, haver remanejamento de discentes, inicialmente inscritos na
89 modalidade de ações afirmativas, para a modalidade de ampla concorrência, desde que tivessem
90 pontuação que permitisse a classificação na ampla concorrência. O colegiado foi favorável e,
91 assim, manteve a proposta de redação para o Art. 6º: “Os/as discentes optantes pela modalidade
92 de Ações Afirmativas que tenham garantido bolsa, graças à sua pontuação geral, não serão
93 computados/as para o preenchimento das bolsas reservadas”. **2.1.2.7. Art. 7º.** Foi mantida a
94 mesma redação proposta para esse artigo: “Na hipótese de não haver candidatos/as aprovados/as
95 para o preenchimento da modalidade de reserva de bolsas, nas ações afirmativas, ou se o seu
96 número não for suficiente para ocupar as respectivas bolsas, estas serão preenchidas pelos/as
97 demais candidatos/as aprovados/as na seleção”. **2.1.2.8. Art. 8º.** A redação do caput do artigo 8º
98 permaneceu como previamente sugerida na proposta: “Os casos omissos ou que envolvam
99 dúvidas de interpretação serão decididos pela comissão de bolsas do PPGE/UDESC, cabendo
100 recurso ao Colegiado do programa”. Já o parágrafo único deste artigo foi reescrito da seguinte
101 forma: “A critério do Colegiado, poderá ser constituída uma banca de verificação”. **2.1.2.9. Art. 9º.**
102 A redação do caput do artigo permaneceu como previamente sugerida: “A constatação de
103 eventuais irregularidades na autodeclaração do/a candidato/a implicará na automática
104 desclassificação do/a mesmo/a da chamada de seleção de bolsas”. **3. Comunicações Pessoais.**
105 Nada mais havendo a tratar, a coordenadora deu por encerrada a reunião, da qual eu, Scharlene
106 Clasen, servidora técnica-administrativa, redigi a presente ata que, depois de lida e aprovada, será
107 assinada por todos os presentes. Florianópolis, 6 de outubro de 2020.

Membros:

Presidente:
Secretária: